



IX Colóquio Internacional São Cristóvão/SE/Brasil

“Educação e Contemporaneidade” 17 a 19 de setembro de 2015

ISSN 1982-3657

EXERCÍCIO DOCENTE DE UMA PROFESSORA COM BAIXA VISÃO: obstáculos e estratégias no ensino superior

CRISTINA ARAUJO RAMOS REIS

EIXO: 4. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

EXERCÍCIO DOCENTE DE UMA PROFESSORA COM BAIXA VISÃO: obstáculos e estratégias no ensino superior

Introdução

Durante muito tempo o rótulo da incapacidade rodeou as pessoas com deficiência, por predominar concepções não inclusivas, que levaram à segregação e, muitas vezes, à exclusão. As pessoas com baixa visão (PCBV), também passaram por esse cenário, pois a sociedade reconhece o que é extremamente visual, privilegiando a visualização como condição de conhecer, em um universo constituído por símbolos gráficos, imagens, letras e números.

Nesses termos, o nível de exigência visual no meio acadêmico é ainda maior, especialmente na atuação docente. Em se tratando da pessoa com baixa visão, este fato institui significados e sentidos. Um deles é que tal pessoa não obtém um desempenho satisfatório, pela sua condição visual que não favorece a efetivação da demanda de trabalho.

Na condição de pessoa com baixa visão, a autora desse trabalho possui experiência na área de educação especial em todos os níveis, vivenciando situações de preconceito e discriminação. Essas experiências reúnem as razões que levaram a autora a desenvolver a presente pesquisa. Aliado a estas razões, verifica-se que em poucos estudos a PCBV é sujeito e não apenas objeto. Do ponto de vista acadêmico, este poderá auxiliar tanto o ingresso quanto a permanência de discentes e docentes na Universidade; do ponto de vista científico, discute a contribuição dos recursos ópticos e não ópticos e tecnológicos na formação e atuação profissional da PCBV e; do ponto de vista social, evidencia como as PCBV são submetidas a representações sociais e pessoais baseadas em estigmas.

Dentre as barreiras sociais, a desconfiança sobre a qualidade de seu trabalho, especialmente quando se fala do exercício no ensino superior, ainda é presente. Diante disso, esta pesquisa se propôs a investigar o problema:

Existe relação entre a trajetória educacional de uma professora com Baixa visão e o seu desempenho docente no ensino superior?

Sendo assim, o objetivo geral deste trabalho foi analisar a relação entre a trajetória educacional de uma professora com Baixa visão e o seu desempenho docente no ensino superior.

Construindo o entendimento em torno da baixa visão

Um trabalho conjunto realizado entre a Academia Americana de Oftalmologia e o Conselho Internacional de Oftalmologia, produziu extensas definições, conceitos e comentários entre cegueira e baixa visão (BV), transcritos no Relatório Oficial do IV Congresso Brasileiro de Prevenção da Cegueira em 1980. Na oportunidade, foi introduzido ao lado da palavra &39;cegueira&39;; o termo &39;baixa visão&39;.

Corsi (2001) comenta que outros trabalhos contribuíram para rediscutir o conceito de baixa visão. Em um desses, discutido durante a reunião sobre deficiência visual infantil, em julho 1992, pela OMS em Bangkok – Tailândia, foi elaborada uma definição para baixa visão, incluindo a pessoa que:

possui um comprometimento de seu funcionamento visual, mesmo após tratamento e/ou correção refracional com lentes comuns; b) Possui uma acuidade visual entre 20/70 (0,3) e a percepção da luz, ou campo visual inferior a 10 ° a partir do ponto de fixação; c) Utiliza ou está potencialmente capacitado a empregar sua visão remanescente para o planejamento e execução de tarefas determinadas (OMS,1992)

Ainda considerando os dados publicados pela OMS (1994), outros comprometimentos de funcionamento visual, decorrentes de parâmetros clínicos tais como: percepção de cores, baixa sensibilidade aos contrastes ou falta de adequação à luz e ao escuro, motilidade ocular, fusão e percepção visual ser incluído, pois são igualmente incapacitantes.

Segundo o Artigo 5º, alínea C, do Decreto Federal nº. 5.296, de 02 de dezembro de 2004, a baixa visão corresponde à acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no olho de melhor visão e com a melhor correção óptica. Considera-se também baixa visão quando a medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60 graus ou ainda quando ocorrer simultaneamente quaisquer das condições anteriores.

Existem também os conceitos de baixa visão a partir de uma abordagem educacional, pois pessoas com mesma acuidade visual apresentam níveis diferentes de desempenho visual. A pessoa com baixa visão, segundo Corn (1983) citado por Bruno (2009), é visualmente deficiente, mesmo após a melhor correção óptica possível. Entretanto, pode melhorar seu funcionamento visual com o uso de recursos ópticos especiais, não ópticos e modificações no ambiente. Para tanto, recomenda-se uma avaliação clínico-funcional realizada pelo oftalmologista e pedagogo especializado com o objetivo de identificar as necessidades específicas e educacionais especiais para uma intervenção pedagógica adequada.

Brasil (2005, p.16) destaca que as pessoas com baixa visão são aquelas que apresentam “desde a condição de indicar a projeção da luz até o grau em que a redução da acuidade visual interfere ou limita seu desenvolvimento”. Seu processo educativo se desenvolverá, principalmente, por meios visuais, ainda que com a utilização de recursos específicos.

Desta forma, mesmo existindo um padrão na definição clínica da baixa visão, baseada na medida do campo visual e da acuidade visual, nota-se que as PCBV apresentam um funcionamento visual variado, o que só é observado na avaliação funcional ou educacional da visão. Em consequência, as adequações de que necessitam são específicas para cada PCBV, pois cada uma possui um desempenho visual diferente, devido às estratégias cognitivas e ao contexto social em que elas vivem.

Avaliação funcional/educacional da visão e o processo de inclusão da PCBV

Antes de iniciar qualquer processo educativo com pessoas com baixa visão, é de suma importância que os professores tenham acesso a se ter como base a sua avaliação oftalmológica e a sua avaliação funcional da visão.

Acontece que para uma pessoa com baixa visão ser incluída plenamente no processo educacional, independentemente da patologia, é imprescindível que não seja levado em conta apenas a avaliação oftalmológica, mas também a avaliação funcional da sua visão (SÁ, 2007).

A importância dessa avaliação funcional, enfatizada por Sá (2007) reside no fato de algumas pessoas com resíduo visual equivalente apresentarem uma notável diferença quanto à desenvoltura e segurança na realização de atividades, na mobilidade e percepção de estímulos e obstáculos. Assim, Sialy (2006) aponta que as alterações orgânicas que diminuem a acuidade e o campo visual são contextualizadas, considerando a influência dos fatores emocionais, ambientais e história de vida da pessoa que possui baixa visão.

Diante do número cada vez maior de PCBV que ingressam no sistema educacional, um dos maiores desafios atualmente, tanto para a educação básica comum como para a superior, é a inclusão dessas pessoas. Isso por que, por

exemplo, o Censo da Educação Superior de 2007 demonstra que a baixa visão é o segundo tipo de deficiência mais comum em alunos matriculados nas universidades públicas (260), perdendo apenas para a deficiência física (400) (BRASIL, 2009). Diante desta realidade, nota-se a necessidade, também no Ensino Superior, de se organizar para o processo de inclusão da PCBV. Para isso, é importante que haja nesses níveis educacionais a discussão das necessidades, possibilidades e dificuldades dos alunos com baixa visão e da instituição de ensino, de forma a promover um ambiente que conheça e valorize, não só a avaliação clínica da PCBV, mas também a sua avaliação funcional. Assim, a instituição de ensino apoiará os diferentes estilos de aprendizagem, interação e participação das PCBV.

Recursos de apoio ópticos específicos como facilitador do processo de inclusão educacional da PCBV

Segundo Corsi (2001), embora os auxílios ópticos possam assegurar maior conforto visual e proporcionem aumento da imagem, não resolvem totalmente o problema das pessoas com baixa visão, devolvendo-lhe a visão. Estes podem ser indicados para visão à distância e para perto. Para distância, em geral, são usados os telessistemas (sistemas telescópicos, teléculas e lunetas, estas com baixo poder de magnificação). Geralmente estes auxílios começam a ser indicados para a criança em idade escolar, devido ao aumento da exigência visual.

Para perto, são indicadas lupas manuais, fixas, de mesa, horizontais e iluminadas ou óculos, que, segundo Corsi (2001), não visam à correção do vício de refração, mas a magnificação da imagem. Estes ainda possuem distância fixa do trabalho, de acordo com o poder dióptrico da lente. Este autor destaca que para a criança aceitar os recursos e ter disponibilidade para aprender é necessário, antes de tudo, a sua conscientização sobre os benefícios que terá com o auxílio óptico. Durante o período de adequação, o aluno irá desenvolver maior ritmo, adequando-se às exigências de sua sala de aula.

Desta forma, como os recursos ópticos específicos levam uma melhor resolução da imagem suas propriedades ópticas de ampliação, melhoram o acesso visual às informações. Assim, as pessoas com baixa visão poderão se beneficiar da ajuda desses recursos, tanto para perto como para longe, para facilitar o processo de ensino e aprendizagem e consequentemente a efetivação da sua inclusão educacional.

A utilização de recursos de apoio não ópticos e tecnológicos para a efetivação da inclusão educacional da PCBV

Além dos recursos ópticos, outros instrumentos que podem ser utilizados para possibilitar a realização das atividades escolares da PCBV são os recursos não ópticos.

Como destaca Carvalho (2002), os recursos não ópticos são modificações das condições ambientais, os quais, quando orientados por professores especializados contribuem extremamente com a execução de tarefas escolares, garantindo maior conforto visual e minimizando as dificuldades.

Segundo Solér et al. (2007), entre os principais recursos **não ópticos**, destacam-se: ampliação de caracteres e de imagens por meio da aproximação física ou do aumento real do objeto, controle de iluminação, controle de contraste, auxílios para postura e posicionamento, auxílios para escrita e auxílios eletrônicos.

Para Corsi (2001), a possibilidade de usar diferentes intensidades de luz, contrastes, contornos e sombras também promove o refinamento das funções ópticas e perceptivas e pode ser realizada através da exploração de ambientes externos e internos. Esses tipos de adequações do ambiente precisam ser realizados de acordo com a necessidade dos alunos. As adequações como: diminuir o reflexo, evitando o ofuscamento e o cansaço visual; aumentar o contraste; ajustar a iluminação, observando a qualidade e a quantidade da luz, contribui para criar um ambiente visualmente mais confortável.

Segundo o conteúdo expresso no documento Brasil (2006), alguns materiais podem servir de recursos de apoio, no auxílio às pessoas com baixa visão em suas atividades escolares, como os livros gravados ou falados. Estes recursos, que viabilizaram o acesso ao conteúdo de livros impressos em tinta e gravados podem ser produzidos tanto na própria

escola como fora dela .

Atualmente contamos também com o auxílio de recursos tecnológicos para os processos de leitura, escrita e adequação do material pedagógico, que, de acordo com Corsi (2001), contribuem enormemente destaca como os mais importantes as máquinas copiadoras, os microcomputadores e os "scanner". Existem também sistemas de magnificação de imagem por vídeo. O mais conhecido é o CCTV (ClosedCircuitTelevision).

O uso dos computadores como auxílio da pessoa com baixa visão é a utilização de programas leitores de tela (softwares de retorno audível). Além de evitar o cansaço visual pelo uso prolongado do computador a pessoa pode ouvir textos. Nestes mesmos softwares, a medida que o usuário vai escrevendo, o computador vai vocalizando, dando assim melhor possibilidade de interação da pessoas com a escrita. Siaulyis (2006) Indica os seguintes softwares para pessoas com deficiência visual, obtidos gratuitamente na internet: que, de acordo com Corsi (2001), contribuem enormemente NVDA, Dosvox, Jaws, DSpeech.

Assim, familiares e professores da sala comum irão valorizar não somente os recursos ópticos, mas também os não-ópticos e tecnológicos, como meios alternativos que facilitam a execução das atividades. Eles partem de orientações anteriores e fortalecem a parceria de trabalho com a professora de AEE. Atitudes como esta facilitam o uso dos recursos alternativos e garantem o processo da inclusão educacional da PCBV.

Características metodológicas

As pesquisas em educação têm sido foco de grande discussão, no que diz respeito ao método. Existe uma corrente de autores, como destaca Gamboa (2002), que defende que os métodos científicos devem ser rígidos, baseados na objetividade, usando os critérios das ciências empírico-analíticas tanto para as ciências naturais como para as ciências sociais. Contudo, autores como Ludke e André (1986) e Martins (1991) questionam essa unidade da ciência, bem como a transferência automática dos métodos das ciências naturais para as ciências humanas. Desta forma, esses autores defendem a necessidade de uma especificidade para as ciências humanas e sociais devido à presença da subjetividade nestas.

Neste contexto, a pesquisa deste artigo teve uma abordagem qualitativa. Assim, para identificar, a trajetória de formação e atuação da professora com baixa visão, os obstáculos e as superações que construíram a sua identidade docente, neste trabalho contém elementos de autobiografia, bem como a percepção dos alunos da professora.

Para basear as discussões dos dados obtidos pela pesquisa autobiográfica, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, que compôs o Marco Teórico e uma pesquisa de levantamento para entender a percepção discente sobre a atuação da professora. Sendo assim, os relatos e discussões em torno da vivência da professora em sua formação e atuação profissional, aliados as discussões dos dados coletados pela pesquisa de levantamento, ajudou a autora desta pesquisa, na realização de atividades que potencializaram a sua auto-compreensão, de forma a poder responder as questões levantadas com os objetivos do estudo.

A autora do trabalho foi o sujeito da pesquisa autobiográfica. No período de realização da pesquisa ela atuou como professora visitante da Uneb Campus XVII de Bom Jesus da Lapa – BA e como professora colaboradora no Campus IX de Barreiras – BA. Para a realização dessa pesquisa, a autora descreveu e discutiu sua trajetória de vida.

A pesquisa de levantamento teve como população os alunos da professora com baixa visão, que concluíram a disciplina Educação Especial, ministradas em cursos de pedagogia da UNEB nos semestres de 2009.1 e 2009.2. Dessa forma, foram selecionadas 4 turmas desses semestres letivos, sendo 2 no Campus IX de Barreiras – BA e 2 no Campus XVII de Bom Jesus da Lapa – BA.

O critério adotado na amostragem de alunos para a pesquisa foi o de selecionar todos os alunos que estivessem presentes no último dia de aula dos semestres. Dos 105 alunos concludentes no referido período, 84 alunos foram participantes da pesquisa, perfazendo uma amostra de 80 %.

Para a obtenção de dados junto aos alunos das quatro turmas de pedagogia, utilizou-se o procedimento de aplicação de questionário misto, com 11 questões fechadas e abertas, impresso em tinta, dando-se tempo para que eles respondessem, na presença da pesquisadora, mas sem a intervenção. As duas últimas questões do questionário só foram reveladas aos alunos após esses terem respondido manualmente e entregue as 9 primeiras. Após a coleta dessas questões, cada aluno foi encaminhado a um computador acoplado a uma impressora para responder e entregar impressas e separadamente as questões 10 e 11.

Após a construção do questionário, esse instrumento de coleta dos dados foi submetido a uma análise de validade. Essa validação foi realizada mesmo sabendo que a situação não é tão simples, quando se trata de variáveis com as quais se trabalha em ciências, principalmente nas sociais. Assim, o questionário foi aplicado a 5 alunos, tendo seus resultados analisados de forma verificar se as questões realmente mediam as variáveis, não verificando-se a necessidade de reelaborar as questões.

Quanto aos elementos da autobiografia, as informações adquiridas na pesquisa foram organizadas na forma de uma narrativa obedecendo a uma ordem cronológica. A medida que iam sendo apresentadas, estas foram confrontadas com as informações constantes no marco teórico e com os dados obtidos através da aplicação de questionários. Estes últimos foram colocados inicialmente em quadros para que pudessem ser mais bem visualizados e posteriormente agrupados, tanto por turmas quanto por classes de respostas com suas respectivas frequências absolutas. Com base nestes quadros, foram construídos gráficos com as frequências relativas de cada classe, os quais foram apresentados e discutidos a partir de um confronto com a literatura e com os dados da autobiografia.

Apresentação e Análise dos Resultados

Em maio de 2008, fui aprovada na seleção de Professora Visitante, com carga horária de 20 horas semanais, para ministrar a disciplina Educação Especial do curso de Pedagogia, no Departamento de Ciências Humanas e Tecnologia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB/Campus XVII, em Bom Jesus da Lapa – BA. Aqui merece ser destacado que concorri pela vaga com outros profissionais sem deficiência, em pé de igualdade, sem precisar esconder que era baixa visão.

No entanto, o que poderia ser um acontecimento memorável para a Universidade, se tornou um episódio vergonhoso, pois tive que lutar contra o preconceito e a intolerância para com as pessoas com deficiência, para tomar posse no cargo para qual fui selecionada.

A partir deste ponto apresenta-se análise dos dados coletados na perspectiva dos alunos, da professora com baixa visão (PCD), sobre o seu desempenho docente

Ocorrência de preconceitos dos alunos sobre a capacidade da professora

Para aferir a reação e o nível de preconceito dos alunos ao saberem que a professora possuía baixa visão, os mesmos foram questionados se chegaram a pensar: *“Será que ela conseguirá desenvolver suas atividades com esta deficiência?”*.

Em todas as turmas, a maioria dos alunos respondeu que não pensou desta forma, não apresentando preconceitos (90%). Dentre os alunos que afirmaram não duvidar da capacidade da professora, em função da deficiência, cerca de 41% justificou sua resposta pelo simples fato dela já ser professora universitária, o que já atestava a sua capacidade; 26% justificaram sua resposta pelo fato da professora ter demonstrado segurança e/ou capacidade e; 23% justificaram não ver relação entre deficiência e incapacidade.

Esses dados demonstram um avanço em relação à imagem social de incapacidade da PCD, descrita por Ormelezi (2010, p. 379): “A sociedade se movimenta de modo a preservar a imagem social construída simbolicamente para (re) apresentar a pessoa com a marca da “inadequação”, mantendo o poder nesta forma de controle social.”

Dificuldade pela professora e o seu rendimento nas atividades acadêmicas

Ao serem perguntados se observaram a professora demonstrar alguma dificuldade de visualização, a maioria dos alunos (83%) afirmou ter observado. Mais uma vez, fica claro que a professora não se preocupou em ocultar ou camuflar a sua deficiência, para que a comunidade escolar se adequasse às suas necessidades, como prega o princípio da inclusão. Segundo Sasaki (1999), a inclusão é o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, as pessoas com deficiência e simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade.

Dentre as respostas afirmativas, com justificativa, o motivo pelo qual os alunos mais notaram a dificuldade da professora foi “na leitura de fontes pequenas ou na localização de alunos”, seguido de “na apresentação de slides com fontes pequenas”. Desta forma, ficou claro que a dificuldade de visualização da professora foi observada quando foram utilizadas fontes pequenas, pois não lhe foram dadas as condições adequadas às suas especificidades. De acordo com Diniz (2007), as dificuldades enfrentadas pelas pessoas com deficiência não são inerentes da deficiência, mas são provocadas pelos obstáculos postos pela sociedade na realização de suas atividades. Ou seja, quem é incapacitante é o meio e não a deficiência. Da mesma forma, Siaulys (2006), afirma que quando as condições ambientais e materiais não forem favoráveis às necessidades da pessoa com baixa visão, haverá prejuízo no seu desempenho.

A capacidade da professora com baixa visão foi comprovada quando os alunos também foram questionados se, em algum momento, observaram um menor rendimento da professora na realização de alguma atividade, devido a sua condição visual. Os alunos de todas as turmas foram unânimes em afirmar que não observaram um menor rendimento dela.

Isso pode ser explicado devido ao uso, pela professora, de estratégias para dar conta da leitura dos materiais, de recursos tecnológicos. Contudo, os materiais produzidos pelos alunos necessitavam ser adequados à especificidade visual da professora, a mesma quando se tem alunos com baixa visão na classe.

De acordo com Brasil (2006), é necessário adequar os trabalhos, quanto à fonte, de acordo com a condição visual da pessoa com baixa visão; observar a qualidade e nitidez do material utilizado: letras, números, traços, figuras, margens, desenhos com bom contraste figura/fundo; observar o espaçamento adequado entre letras, palavras e linhas. Dessa forma, é necessário que os alunos tenham atenção à acessibilidade da Professora com Baixa visão, para somar com as suas estratégias e não diminuir o seu desempenho.

Adequações das atividades dos alunos para a professora

Para verificar se os alunos das turmas adequavam efetivamente as suas atividades, para que a professora tivesse acesso aos mesmos, foi sugerido que respondessem uma questão no computador, digitando e imprimindo a resposta, sem nenhuma orientação sobre tipo ou tamanho de fonte. Assim foi perguntado aos alunos “quais os recursos para a inclusão educacional do aluno com baixa visão”. Observando a frequência das várias categorias de respostas dos alunos, pode-se notar que a categoria que predominou foi a que os alunos citaram os recursos não-ópticos, inclusive ampliação.

Somando-se esta categoria com a que os alunos citaram os recursos ópticos e não-ópticos, inclusive ampliação, nota-se que a maioria absoluta dos alunos das turmas citou a ampliação de caracteres como recurso para a inclusão educacional do aluno com baixa visão. Além de listar a ampliação de caracteres como recurso para a inclusão educacional do aluno com baixa visão, também a realizasse, espontaneamente, na confecção e impressão dessa questão, para ser entregue à professora.

Sobre a realização da ampliação da questão, digitada e impressa, sobre os recursos para a inclusão educacional do aluno com baixa visão, a maior parte dos alunos respondeu que sim, demonstrando ter realizado a ampliação, mesmos sem terem sido solicitados, o que foi muito positivo. A exceção para este comportamento foi a turma de Barreiras 2009.2, cuja maioria dos alunos afirmou ter esquecido de ampliar. Isso evidencia que, embora os alunos tenham o conhecimento da necessidade da ampliação de caracteres e tenham demonstrado disponibilidade para realizá-la, esta ação ainda não faz parte no cotidiano dos mesmos. Desta forma, percebe-se que, enquanto o princípio inclusivo não estiver internalizado em toda sociedade, será necessário que as pessoas sem deficiência, sejam eles alunos, professores, colegas, sejam lembradas e até cobradas para darem condições de acessibilidade para a pessoa com deficiência.

Para as ações em prol da acessibilidade acontecerem mais naturalmente, é necessário aumentar, desde a infância, a

convivência das pessoas sem deficiência com a diversidade humana, muitas vezes expressa através das deficiências. Este pode ser um canal para a naturalização das ações inclusivas, pois quanto mais se convive com a diferenças, mais se torna sensível às especificidades e necessidades das pessoas. Esta ideia pode ser traduzida pelo pensamento de Mantoan (2008, p. 67) "Talvez seja este o nosso maior mote: fazer entender a todos que a escola é um lugar privilegiado de encontro com o outro. Este outro que é, sempre e necessariamente, diferente!"

A convivência e a necessidade de realizar adequações

Lavando-se em consideração que é o meio que deve se adaptar às pessoas com deficiência e não o contrário, nota-se que inevitavelmente surge a necessidade dos alunos fazerem adequações para a professora. Ao serem questionados quais os inconvenientes de conviver com alguém que necessita de adequações para ter acesso aos materiais produzidos por eles, os alunos, na sua maioria, afirmaram que não havia inconveniência nisto.

Com isso os alunos demonstraram que não se importavam em fazer as adequações necessárias para atender às especificidades da professora com baixa visão. Isso concorda com as informações constantes na narrativa autobiográfica da professora, em que relata a disponibilidade da maioria dos alunos em atendê-la na ampliação necessária e até em fazer a leitura de textos mais extensos.

O reconhecimento, pelos alunos, da necessidade de adequação de suas produções para a acessibilidade da professora com baixa visão ficou mais nítido, quando mais de 80 % dos alunos das turmas afirmaram ter realizado algum tipo de adequação, sem que isso lhe trouxesse implicações, sendo que as mais frequentemente mencionadas foram a formatação de trabalhos com fonte ampliada e a apresentação de slides também com fonte ampliada

A professora demonstra que consegue, por si só, fazer tais adequações nos materiais disponíveis no ambiente e fazer uso dos auxílios eletrônicos. Contudo, para ter acesso aos materiais produzidos pelos alunos, o mínimo que se espera de contrapartida deste grupo é que tais materiais tenham seus caracteres ampliados.

Conclusões

A abordagem médica define a pessoa com baixa visão com base em valores fixos de acuidade e campo visual, enquanto a abordagem educacional é mais flexiva, tendo como referência a funcionalidade da visão, o que significa que avalia a capacidade potencial de uso do resíduo visual para a vida prática. Desta forma, a experiência de vida da autora é um exemplo claro da importância de se levar mais em consideração a funcionalidade da visão do que um valor numérico de acuidade e/ou campo visual, visto que o seu desempenho a permite realizar as mais diversas funções, inclusive de professora universitária.

A professora com baixa visão conseguiu alcançar seu objetivo de atuar na docência superior, sem implicar na redução de sua capacidade de trabalho, sobretudo devido ao uso dos recursos ópticos, não-ópticos e tecnológicos de leitura de textos e devido à consolidação de sua identidade como pessoa com deficiência.

A maioria dos alunos não tem uma visão de incapacidade da professora com Baixa Visão. Sabem da necessidade da ampliação mas não a faz automaticamente, verificando-se a necessidade de aumentar a convivência deles com as pessoas com deficiência.

Poder-se-ia esperar que uma pessoa, como a autora, que tem 10% de visão e apenas 20 horas de dedicação a uma função complexa como de professor universitário se limitasse a desenvolver suas atividades de ensino. Contudo, ela também desenvolve atividades de pesquisa, através da orientação de trabalhos de conclusão de curso, e cursos de extensão universitária. Desta forma, nota-se que não é a condição visual ou qualquer deficiência que determina a capacidade de desempenho de uma pessoa nesta ou naquela função e sim as oportunidades lhes dadas e o seu envolvimento.

Assim a trajetória educacional da professora com Baixa Visão teve uma relação direta no seu desempenho como docente universitária. Dentre vários fatores fundamentais neste processo, destaca-se a influência da consolidação de sua identidade como pessoa com deficiência, ao se nomear publicamente como pessoa com baixa visão e a utilização dos recursos de acessibilidade, principalmente os tecnológicos.

Referências

- ABRAHÃO, M. H. M. B. (org.) **A aventura (auto) biográfica** – teoria e empiria. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ANDRÉ, M. E. D. A. de. Pesquisa em Educação: Trajetórias e desafios contemporâneos. In: IBIAPINA, M. I. L. de M.; CARVALHO, M. V. C. de.
- Educação, práticas sócio-educativas e formação de professores.** Teresina: EDUFPI, 2006.
- BRASIL, **Decreto** Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, que Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. 2011.
- _____. **Desenvolvendo competências para o atendimento das necessidades educacionais de alunos cegos e de alunos com baixa visão.** Brasília: Ministério da Educação/ Secretaria de Educação Especial, 2005.
- _____. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politica_educespecial.pdf Acesso em: 11 fev. 2008.
- _____. **Saberes e Práticas da inclusão: desenvolvendo competências para o atendimento das necessidades especiais de alunos cegos e de alunos com baixa visão.** 2ª ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.
- BRASIL, Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Resumo Técnico: Censo da Educação Superior 2007.** Brasília: MEC/INEP, 2009.
- BRUNO, M. M. G. **Avaliação educacional de alunos com baixa visão em múltipla deficiência na educação infantil.** Dourados, MS: Editora da UFGD, 2009. 198 p.
- CARVALHO, M.M.de; GASPARETTO, M.E.R. F.; VENTURINI, N.H.B. JOSÉ, N.K. **Visão subnormal: orientação ao professor do ensino regular.** 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2002, 48 p.
- CORSI, M.G.F. **Baixa visão: intervenção planejada.** São Paulo: M.G.F., 2001.
- MANTOAN, M.T. E. Ensinando a turma toda: as diferenças na escola. In: MANTOAN, M. T. E. (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p 59-67.
- MARTINS E. F. et al. **As narrativas e os diários de formação: caminhos possíveis na pesquisa em educação.** In: Anais do VI Encontro De Pesquisa Em Educação Da UFPI. 2010.
- MOYA, S. T. F.; CARVALHO, L. M. L. FERNANDES L. C; OLIVEIRA A. A. **Nova proposta de treinamento e avaliação do uso de auxílios ópticos em portadores de baixa visão.** Arquivo brasileiro de oftalmologia. v. 65 n.1, São Paulo, jan/feb. 2002
- ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE - OMS. **O atendimento de crianças com baixa visão.** Programa para a prevenção de cegueira da OMS. Bangkok:OMS; 1994. p.32-9.
- ORMELEZI, E. M. **Aspectos psicossociais da baixa visão na adolescência.** Cap. 28, In: SAMPAIO, M. W. et al. **Baixa visao e cegueira: os caminhos para a reabilitação, a educação e a inclusão.** Rio de Janeiro: Cultura Médica: Guanabara Koogon, 2010. p. 373-387.
- SÁ, E. D. de Atendimento educacional especializado para alunos cegos e com baixa visão In: MANTOAN, M.T. E. (Org.) **O desafio das diferenças nas escolas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.
- SÁ, Elizabet Dias de... [et al.]. **Atendimento educacional especializado: deficiência visual.** São Paulo: MEC/SEESP, 2007.
- SANTOS, B. S. **A construção multicultural da igualdade e da diferença.** Oficina do CES, n. 135, jan. Coimbra: Centro de Estudos Sociais. 1999
- SANTOS, J.B. **A dialética da exclusão/inclusão na história da educação de alunos com deficiência.** In: FAEEBA, revista: Inclusão/exclusão social e educação e contemporaneidade. Salvador, 2002, p.27-44.
- SAMPIERI, R. H., Collado, C. F., & Lucio, P. B. **Metodologia de pesquisa.** 3. ed. São Paulo: MacGraw-Hill. 2006
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: W V A, 1999. 176p
- SIAULYS, M. O. C. **A inclusão do aluno com baixa visão no ensino regular.** Brasília: MEC / SEESP, 2006.
- SOLÉR, T. R. F.; PLAZZA, T. G.; EZEQUIEL, L. A. Formação requerida para o professor especializado atender o aluno com visão subnormal na escola regular. In. MASINE, E.F.S.; GASPARETTO, N.E.R.F. (Org.) **Visão subnormal: um enfoque educacional.** São Paulo: Ed. Vetor, 2007. p.55-80.
- SOUZA, E. C.; SOARES L. F.. **História de vida e Abordagem (auto)biográfica: Pesquisa, ensino e formação.** In: MEKSENAS, Paulo; BIANCHETTI, Lucidio (Orgs). **A trama do conhecimento: Teoria, método e escrita em ciência e**

pesquisa. Campinas: Papirus, 2008.

SOUZA, E. C. **O conhecimento de si** - estágio e narrativas de formação de professores. Rio de Janeiro: DP&A; Salvador: UNEB, 2006.

Cristina Araujo Ramos Reis
Mestre

Professora Uneb – Campus VIII – Paulo Afonso- Bahia
Curso: Pedagogia
E-mail: professoracristina.arr@gmail.com

Recebido em: 12/05/2015
Aprovado em: 12/05/2015
Editor Responsável: Veleida Anahi / Bernard Charlort
Metodo de Avaliação: Double Blind Review
E-ISSN:1982-3657
Doi: